

A ANTIGA INDÚSTRIA DE ITAPAGIPE: POSSIBILIDADES DE SUA RECONVERSÃO

Matheus de Barros Gomes Ferreira¹

Maria Helena Ochi Flexor²

A atividade principal no período de um ano, em que esteve em vigor a bolsa cota FAPESB/UCSal, consistiu na coleta de informações bastante raras nos jornais, de maior circulação em Salvador consultados. O maior volume de informações vieram a partir de entrevistas e artigos. Buscou-se sobretudo informações sobre a reconversão do antigo galpão da Crush, na praia da Ribeira, em ateliê de artista, a partir da última década de 2000. Os resultados foram bons, visto que o bolsista pode coletar as notícias existentes em periódicos, embora raríssimas, mas valeu mais a experiência de busca de informações nesse tipo de publicação, importante para a formação de um historiador.

Palavras-chave: Itapagipe, Patrimônio Industrial, Depósito Crush

¹ Graduando do curso de História da Universidade Católica do Salvador, UCSal, Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

² Professora Doutora da UCSal, orientadora.

A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) NO BRASIL, PÓS ESTATUTO DA CIDADE (2001)

Marcy Magalhães Amaral¹
Aparecida Netto Teixeira²

A presente pesquisa foi elaborada com a finalidade de identificar os municípios brasileiros, pré-selecionados, que mais progrediram na implementação do instrumento urbanístico de ZEIS, pós Estatuto da Cidade (2001). Cabe destacar que, a temática do acesso a habitação tem sido um dos temas abordados desde o advento da Constituição de 1988, que reconheceu o direito a moradia como um dos direitos fundamentais do cidadão. Assim, as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS) destacam-se por ser um dos mecanismos legais consagrado no Estatuto da Cidade, que visam proteger o direito constitucional da moradia com a aplicação de regras especiais de uso e ocupação do solo em áreas já ocupadas ou que venham a ser ocupadas pela população de baixa renda. Desta forma, o instrumento urbanístico permite o acesso dessas comunidades a condições de moradia digna com obras de infraestrutura amenizando as desigualdades sociais, bem como, o planejamento habitacional e proteção ao meio ambiente. A metodologia utilizada consistiu inicialmente pesquisa bibliográfica, relacionada à temática da regularização jurídica (urbanística e fundiária), leitura e sistematização da legislação federal e estadual pertinente ao tema e leitura programada e fichamento de textos selecionados. Posteriormente foi realizado o envio, por e-mail, de questionários às administrações municipais para coletar dados sobre as ZEIS de cada município e realizar posteriormente uma análise dos resultados obtidos. Os resultados obtidos não foram expressivos, devido a dificuldade de colaboração dos municípios em responder aos questionários por email, concomitante ao obstáculo de obter os contatos institucionais atualizados no endereço eletrônico dos municípios selecionados. Nos questionários respondidos, verifica-se a aplicação dos instrumentos urbanísticos pós Estatuto da Cidade, contudo, não de forma significativa.

Palavras-chave: Zona Especial de Interesse Social; Função social da propriedade; Política Urbana; Habitação; Direito à moradia.

¹ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

² Orientadora, líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gestão Democrática das Cidades”, vinculado à Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Profª Drª. Do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL).

A ATUAÇÃO DOS RELIGIOSOS NOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS: CAUSAS DA SUA EXPULSÃO EM 1759

José Henrique Costa Bastos¹
Maria Helena Ochi Flexor²

O projeto do bolsista está inserido na pesquisa mais ampla da Orientadora, denominado Reurbanização e repovoamento do Brasil no século XVIII, ficando a seu cargo o estudo da atuação dos religiosos nesse processo de povoamento e reurbanização até a sua expulsão. As informações tiveram como fonte manuscritos, do período, existentes em CD do Projeto Resgate, da Biblioteca Nacional. A leitura corrente desses manuscritos e a escolha entre inúmeros outros documentos, possibilitaram apenas achar algumas informações sobre a expulsão dos jesuítas e a exclusão dos aldeamentos religiosos dos carmelitas, franciscanos e mercedários.

Palavras-chave: Vilas pombalinas; Expulsão dos religiosos; Povoamento do Brasil; Século XVIII.

¹ Discente do Curso de História da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), bolsista de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Professora Doutora da UCSal, orientadora.

A CONSTITUCIONALIDADE DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DOS DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO PELOS MAGISTRADOS

Fernanda de Assis Gutierrez¹
Dirley da Cunha Júnior²

Conforme a pesquisa realizada, pôde-se concluir que, malgrado os critérios de aferição do dano moral pelo magistrado, nas relações de trabalho, sejam constitucionais, a forma de reparação do dano moral não deve restringir-se tão somente a indenização pecuniária.

Com a Constituição de 1988, houve um significativo avanço jurídico, já que em seu art. 5º, incisos V e X, o direito a indenização pelo dano moral sofrido passou a ser previsto expressamente, e foi incorporado no catálogo de direitos fundamentais, o que demonstrou a preocupação do legislador constituinte em tratar acerca da matéria em comento.

Ora, o dano moral consiste em qualquer dor de natureza física ou psicológica provocada por razões injustas a uma pessoa, cuja causa não é decorrente de uma perda pecuniária. Portanto, atos ilícitos podem ocasionar dores físicas ou psicológicas que ensejam a possibilidade de reparação ao trabalhador, cuja responsabilidade é do empregador. Para haver reparação é imprescindível o preenchimento de requisitos necessários: a ocorrência do dano, nexos causal e a culpa do empregador. Havendo a necessidade de reparação, por corolário, deve-se aferir o dano sofrido pelo obreiro. Por intermédio de um juízo de valor, o magistrado se valerá da equidade, no caso concreto, a fim de aferir a ocorrência do dano, ou seja, terá de se valer de sensatez, equanimidade, ponderação, imparcialidade. Assim, o juiz utilizará cinco critérios para verificar a ocorrência do dano moral, quais sejam: a análise do ato ofensivo em si; a relação do ato praticado e a sociedade; a pessoa do ofendido; a pessoa do ofensor e, por fim, a verificação da existência ou não de retratação espontânea e cabal pelo agente causador do ato ilícito e a extensão da reparação alcançada por esse meio pelo ofendido. Uma vez terminada a fase da aferição do dano moral, o juiz fixará o montante pecuniário compensatório, que para tal, se valerá também de um juízo de equidade.

¹ Discente do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - UCSal; bolsista de iniciação científica pela: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

² Professor Doutor da UCSal, líder do Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais da UCSal, orientador.



Ora, pois, é inegável que tais (cinco) critérios de aferição são constitucionais, uma vez que, ainda que se trate de método de caráter subjetivo, o mecanismo utilizado pelo magistrado

é o mais objetivo encontrado (equidade) e evita o emprego de juízo valorativo pessoal, além de afastar a possibilidade de tarifamento da indenização.

Por fim, conclui-se que as indenizações decorrentes do dano moral não são suficientes para suprir uma dor física ou psicológica do indivíduo. As indenizações devidas ao obreiro prejudicado devem vir acompanhadas de ajudas profissionais (psicanalistas), pagas pelo empregador, para que se garanta a sua higidez psíquica e se extirpem as possibilidades de comprometimento na qualidade da sua prestação do serviço, desde que seja bem analisada a sua necessidade em cada caso concreto pelo magistrado. Somente assim será reparado, em sua plenitude, o dano moral sofrido pelo trabalhador.

Palavras-chave: Dano Moral; Indenização; Aferição; Reparação; Juiz; Constitucionalidade.



A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE FAMÍLIA E SUA EFETIVAÇÃO PELO PODER PÚBLICO

Amanda Moura da Costa¹
Dirley da Cunha Júnior²

O presente trabalho objetivou um estudo qualitativo sobre Direito Homoafetivo, tendo como norteadores a pesquisa de campo nos órgãos públicos e o estudo teórico e bibliográfico no que refere à união estável entre homoafetivos. A priori, buscou-se compreender a complexidade e amplitude do conceito de família, o qual vem se modificando no decorrer dos tempos, bem como de suas lutas e conquistas em busca de garantias fundamentais. O estudo foi baseado nos diversos textos da jurista Maria Berenice Dias e de autores contemporâneos orientados pela mesma, como também nas posições e decisões dos Supremos Tribunais de Justiça. É importante a discussão sobre o assunto, uma vez que os casais homoafetivos vêm ganhando visibilidade e constituindo-se em modelos de bases familiares, o que implica na reorganização das leis, necessitando de uma atitude diferenciada do poder público para a garantia dos direitos dessa nova família. Outrossim, podemos atentar para a chamada 'Legitimação social', a qual dificulta a apreciação de novos projetos e a aceitação do casamento civil gay, uma vez que grande parte da população possui preconceitos e um grande conservadorismo enraizado. Ao final deste raciocínio podemos examinar que a efetivação desses direitos pelo Poder Público se dá de maneira lenta, pois percebemos que os grupos gays pouco procuram as instituições, sendo que os casos mais assistidos são os de violência física e homofobia, como também há uma grande barreira de alguns órgãos e funcionários na efetivação desses direitos. Entretanto, é evidente o surgimento expansivo dessa nova classe de família, a homoafetiva, que luta a cada dia pelos seus direitos fundamentais, os quais estão devidamente expressos na Carta Magna. Pode-se dizer que uma das maiores dificuldades na efetivação dos direitos fundamentais da família homoafetiva está em driblar o preconceito social que inviabiliza o princípio da igualdade humana. Só assim, é que poderemos ter um real Estado de Direito Democrático, isento de preconceito e capaz de garantir a toda e qualquer indivíduo os princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana resgatada através da legitimação e garantias de seus direitos.

Palavras-chave: Família; Direito Homoafetivo; Poder Público; União Estável; Carta Magna; Sociedade.

¹ Discente do curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pela FAPESB

² Orientador do grupo de pesquisa Processo Constitucional e Direitos Fundamentais e Professor Titular da Universidade Católica do Salvador.

A IMPLANTAÇÃO DO SUAS EM SALVADOR – BAHIA: A DIMENSÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Lenita Públio de Castro Mesquita Neta¹
Ângela Marica Carvalho Borges²

As políticas sociais no Brasil trazem a tendência de fragmentar o público usuário segundo características como geração, gênero, etnia e cultura, o que conduz a intervenções pontuais e individualizadas que classificam os sujeitos como usuários de programas. Os profissionais que lidam com tais políticas estão submetidos a baixos salários, vínculos e formas de contratação temporárias e precárias, que reforçam uma inserção subalterna da profissão na divisão social e técnica do trabalho e facultam um tipo de resposta focada na resolução imediata de problemas emergenciais. São formas de inserção profissional que implicam na descontinuidade do trabalho, em alta rotatividade dos profissionais, inclusive com a perda de profissionais experientes, comprometendo a qualidade dos serviços. A partir da revisão bibliográfica, pesquisas em sites e acompanhamento de ações do órgão de representação dos trabalhadores do SUAS, bem como, dados do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e da PMS – Prefeitura Municipal de Salvador, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o processo de implantação do SUAS em Salvador, destacando o processo de constituição das equipes e as relações de trabalho estabelecidas com os trabalhadores, com foco no trabalho dos Assistentes Sociais e condições de trabalho dos profissionais e os recursos - equipamentos e espaços - disponíveis. Ainda na etapa exploratória, a pesquisa já permite concluir que os CRAS possuem más condições infraestruturais e de funcionamento, como ausência de móveis adequados, equipamentos (computadores, fax) e de tecnologia (sem acesso a internet), bem como ausência de acessibilidade para usuários portadores de necessidades especiais. Como resultado da precarização e das condições precárias de trabalho dos assistentes sociais e dos demais trabalhadores, temos, então, uma introdução de formas de contratação terceirizada, redução da carga horária para diminuir os salários, um nível de rotatividade muito grande, instabilidade no trabalho, insegurança e vários vínculos empregatícios, ou seja, o chamado pluriemprego. Essa tendência acaba, na verdade, por colocar a profissão e toda a classe

¹ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Doutora em Ciências Sociais, professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho.



trabalhadora numa situação de necessidade de organização social, estabelecimento de alianças e de busca de vínculos para fortalecer a sua própria organização. Na segunda etapa, que será desenvolvida a partir do segundo semestre de 2012, buscar-se-á compreender as relações de trabalho de profissionais envolvidos nos CRAS em Salvador, analisar a sua implantação e a atual composição das suas equipes destacando a situação dos Assistentes Sociais. Os resultados desta etapa, ainda preliminares, permitiram maior capacitação para levantamento bibliográfico e pesquisa na Internet; desenvolvimento da capacidade de leitura crítica e de fichamento de textos; desenvolvimento das habilidades necessárias para a realização de estudo sobre as características da gestão no SUAS, a implantação dos CRAS, e, sobre as condições de trabalho neles vigentes.

Palavras-chave: Precarização das relações de trabalho; SUAS; Assistência Social.



A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DA GRANULOMETRIA DURANTE O PROCESSO DE COMPOSTAGEM REALIZADO NO ATERRO DE CANABRAVA, SALVADOR – BA

Maria Carolina de Paiva Costa¹

Miriam de Fátima Carvalho Machado²

Juan Carlos Rossi Alva³

A decomposição da matéria orgânica de origem animal ou vegetal, sob condições ótimas de umidade e temperatura, gera um composto rico em substâncias húmicas e extremamente importante para o solo que é utilizado para fins de agricultura ou reflorestamento. Tal fenômeno é baseado na ação de microorganismos e enzimas que resultam na fragmentação gradual e oxidação dos resíduos, onde a intensidade da decomposição está associada à superfície específica do material a ser compostado, sendo que quanto menor a granulometria das partículas, maior será a superfície de contato - área a ser colonizada e digerida pelos microrganismos - acelerando o processo de decomposição. Contudo, estudos já realizados indicam que partículas muito finas podem gerar a compactação do material, interferindo negativamente nessa decomposição. Dentro deste contexto, desenvolveu-se um projeto de pesquisa para avaliar o processo de compostagem de três misturas de diferentes proporções entre resíduos de poda, feira e esterco de gado. As pilhas das três misturas foram montadas em triplicata, totalizando nove pilhas de compostagem, visando obter maior representatividade do processo específico de cada mistura em diferentes condições climáticas: período seco e período chuvoso. As análises das amostras ocorreram no Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA da UCSal. A importância do controle da granulometria no processo estudado vai além do monitoramento e implica diretamente na qualidade final do composto. Embora em ambos os períodos tenha ocorrido redução no tamanho das partículas durante o processo de decomposição, o composto maturado apresentou porcentagem ainda alta de materiais grosseiros. Considerando que preferencialmente devam-se utilizar materiais com partículas finas, os resultados indicam que matéria-prima inicial foi triturada em um equipamento ineficiente para a redução do tamanho das partículas dos galhos. Por fim, os resultados obtidos com o estudo de 12 meses estão de acordo com a Instrução Normativa nº 25 de 23/07/09 do Ministério da Agricultura, contudo sugere-se aperfeiçoar o processo de compostagem para melhorar a qualidade do fertilizante produzido, principalmente que na etapa inicial de trituração do produto bruto seja utilizado um equipamento capaz de triturar os galhos em partículas com um tamanho entre 10 a 50 mm.

Palavras-chave: Composto Orgânico; Granulometria; Resíduos Sólidos.

¹ Estudante de Ciências Biológicas/UCSAL; Bolsista de Iniciação Científica CNPq - LEMA; carolinapaivacosta@gmail.com

² Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL, Pesquisadora do Laboratório de Solos – Co-Orientadora.

³ Doutor em Ciências/UFRJ – Professor adjunto do Mestrado em Profissional em Planejamento Ambiental/UCSAL, Pesquisador do LEMA – Orientador.

A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Camila Garcia Conceição¹
Ângela Maria Carvalho Borges²

O projeto tem o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o processo de precarização das relações de trabalho, dando ênfase na área de educação. Para o desenvolvimento do artigo foi realizada a elaboração de relatório de revisão de literatura, além de pesquisas feitas em sites oficiais de Conselhos Profissionais, e levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido para estudo. Num segundo momento, foram feitas visitas ao Ministério Público do Trabalho do Estado da Bahia, onde houve a análise das temáticas trabalhadas no MPT-BA, destacando entre o temário, para estudo mais profundo, procedimentos que envolvam as relações de trabalho no âmbito da educação. Portanto, foi obtida uma listagem das Instituições de Ensino Superior do setor privado de Salvador, para identificar aquelas que respondam processos e planejar a segunda etapa da pesquisa iniciada em junho de 2012.

Obtendo como conclusão que, para a segurança dos trabalhadores, em geral, é necessário que estes tenham seus direitos fundamentais protegidos e amparados por lei, atualmente, expressos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, reforçados por inúmeros princípios. Porém, com a tentativa de flexibilizar as leis trabalhistas, o que se tem é a transferência dos riscos das relações de trabalho dos empregadores para os empregados, possibilitando a prevalência da negociação entre as partes sobre o legislado, o que representa um risco ao princípio “in dubio pro operario”, o qual deve ser respeitado na íntegra para amparar a parte mais frágil: os trabalhadores. Com a crescente terceirização fica comprometida a qualidade da prestação de serviços, e as condições dos trabalhadores, já que estes passam a ter seus direitos diminuídos e diferenciados em relação aos funcionários efetivamente contratados pela própria empresa. A expressão utilizada, flexibilização das relações de trabalho, esconde a sua real consequência, qual seja a precarização dos direitos trabalhistas, os quais seriam reduzidos ao máximo, com a justificativa de haver leis em excesso na atual Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que vem sofrendo diversas tentativas de mudanças desde a época neoliberal, com o então presidente, Fernando Henrique Cardoso. O Ministério Público do Trabalho, nesse âmbito torna-se essencial e indispensável na defesa das ilegalidades praticadas no âmbito trabalhista, impedindo as tentativas de burlar os direitos dos trabalhadores.

¹ CONCEIÇÃO, Camila Garcia. Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Bolsista da Iniciação Científica – PIBIC – COTAS CNPq.

² BORGES, Angela Maria Carvalho. Professora da Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, vinculada ao departamento da SPPG – Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania / Serviço Social.



Com o término da fase exploratória, foi definida a segunda etapa da pesquisa, que terá como objetivo pesquisar os efeitos da tentativa de flexibilização dos direitos trabalhistas, mostrando através de levantamento de dados nos processos, as formas de atuação do Ministério Público do Trabalho- MPT/BA, como órgão fiscalizador, no combate das fraudes trabalhistas no âmbito da educação.

Palavras-chave: Precarização; Relações de Trabalho; Educação.



A PRECARIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DA BAHIA

Yasmin Freitas Santos¹
Angela Maria Carvalho Borges²

Este artigo resulta de um estudo sobre “a precarização dos postos de trabalho nos serviços de saúde na Bahia” onde foi elaborado um levantamento e revisão bibliográfica sobre os processos de flexibilização e de precarização das relações de trabalho, com ênfase no setor da saúde. Ao passo que foram armazenadas informações por meio de fichamentos de resumos, dos artigos e legislações e consultados em sites oficiais de Conselhos Profissionais. Resultando um desenvolvimento de habilidades necessárias para a realização do estudo sobre a precarização do emprego e da ocupação nos serviços da área da saúde, além de um levantamento exploratório dos processos do MPT/BA direcionados para a fiscalização do trabalho nas Entidades Hospitalares. Perpassamos pelos questionamentos do surgimento da precarização e terceirização, ressaltando que não se trata saber quais e quantos são os Direitos trabalhistas, ou em saber qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim, demonstrar qual é o modo mais seguro para garantir que os mesmos não sejam continuamente violados, como afirma Maria Helena Diniz. Ao passo que no decorrer da pesquisa exploratória foi observado que o modo de atuação do Ministério Público do Trabalho constitui um mecanismo de padronização dos cadastros de denúncias no qual poderão constituir objeto de processo de investigação. A fundamentação normativa que foi tratada neste projeto está baseada na Lei 8.080/1990 e os Atos do Ministério SUS. Um dos pontos em destaque na pesquisa, até o momento, refere-se a precarização do trabalho causado pela terceirização. Será discutida se cabe ou não a proibição da terceirização na atividade-fim da empresa. A proposta Parlamentar descreve que a atividade-fim só poderá ser desenvolvida por funcionários diretamente contratados, com vínculo de emprego. E por fim, buscamos relatar sobre a desprecarização do trabalho no SUS e as causas do surgimento dos problemas associados à precarização dos vínculos de trabalho. Sabe-se que o trabalho precário em saúde tem sido identificado como um obstáculo para o desenvolvimento do sistema público de saúde. Essa questão compromete a relação dos trabalhadores com o sistema e prejudica a qualidade e a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo SUS. Diante dessa situação, entendem ser importante o processo de desprecarização do trabalho em saúde com a finalidade de implantar e concretizar uma política de valorização do trabalhador. A noção de trabalho precário tem sido utilizada, sobretudo, para indicar a

¹ SANTOS, Yasmin Freitas. Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Bolsista da Iniciação Científica – PIBIC – COTAS CNPq.

² BORGES, Angela Maria Carvalho. Professora da Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, vinculada ao departamento da SPPG – Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania / Serviço Social.



ausência dos direitos sociais de trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Em uma área considerada essencial, como a saúde, a ausência desses direitos e benefícios ocasiona um alto grau de desmotivação e, conseqüentemente, grande rotatividade desses trabalhadores nos serviços, prejudicando a continuidade das políticas e programas de atenção à saúde da população. Por sua vez, para as Entidades Sindicais que representam os trabalhadores do SUS, trabalho precário está caracterizado não apenas como ausência de direitos trabalhistas e previdenciários consagrados em lei, mas também como ausência de concurso público ou processo seletivo público para cargo permanente ou emprego público no SUS.

Palavras-chave: Ministério Público do Trabalho (MPT); Precarização; Sistema único de Saúde (SUS).



A PREVISÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES, PÓS- ESTATUTO DA CIDADE

Queila Firmino da Luz Trigueiros¹
Aparecida Netto Teixeira²

A partir da Constituição de 1988, o poder público passou a ter a possibilidade de intervir sobre o território da cidade e a propriedade urbana mediante o princípio da função social da propriedade, trazendo consigo uma nova concepção sobre o direito propriedade, visando atender o interesse da coletividade, principalmente com relação à regularização das ocupações irregulares, em sua maioria constituídas por população de baixa renda. Com a aprovação do Estatuto da Cidade, que passou por um longo processo de discussão até sua aprovação em 2001, foram regulamentados diversos instrumentos e diretrizes para dirimir o déficit habitacional; melhorar o acesso à moradia; dotar os assentamentos precários de infra-estrutura, bem como regularizá-los. De acordo com a referida lei, ficou a cargo do município a definição da forma, bem como quais os instrumentos que o município vai se valer para solucionar as respectivas problemáticas habitacionais. Visando investigar se os municípios, tem regulamentado os instrumentos e as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade para solucionar os problemas anteriormente citados, foi realizada a presente pesquisa. A metodologia constou inicialmente da elaboração de foram elaborados quadros-síntese por municípios constando dos seguintes itens: legislação; definições (relativos à habitação de interesse social; população de baixa renda etc.); Instrumentos de Política Urbana; Previsão da Política de Habitação de Interesse Social; Previsão do Plano Municipal de Habitação; Conselho Municipal de Habitação e Fundo de Habitação. Após isso foram elaborados quadros-resumos a fim de reunir essas informações de forma mais concisa, viabilizando uma análise mais efetiva da previsão da Habitação de Interesse Social nos Planos Diretores. Com o intuito de complementar as informações sistematizadas. Houve o envio de emails para os municípios pesquisados anteriormente, para um levantamento e complementação das informações relativas à habitação de interesse social, o retorno dos questionários não foi muito expressivo, apesar de vários envios, impossibilitando uma análise mais efetiva. Na pequena amostra de municípios que foi selecionada para pesquisa foi possível perceber que a maior parte dos municípios não tem se preocupado com a população de baixa renda, visto que seus Planos Diretores se limitam a discorrer sobre outros assuntos referentes à urbanização, deixando de lado a Habitação

¹Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador; bolsista de iniciação científica pela FAPESB

²Orientadora. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Gestão Democrática das Cidades", vinculado à Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Prof^a. Dra. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL).



de Interesse Social, o que traria benefícios à população de baixa renda dando condições de vida melhor.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Planejamento Urbano; Política Urbana.



A PREVISÃO DO INSTRUMENTO URBANÍSTICO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) NOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS, PÓS ESTATUTO DA CIDADE (2001)

Jéssica Taís de Paula Fernandes Nascimento Santos¹
Aparecida Netto Teixeira²

A pesquisa teve por escopo a análise dos avanços relativos à habitação social, através da utilização do instrumento urbanístico das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, nos Planos Diretores editados após a promulgação do Estatuto da Cidade (2001) e, conseqüentemente, depois da entrada em vigor da Constituição Federal (1988). Estes diplomas legais trouxeram mecanismos e instrumentos facilitadores no processo de reestruturação e regularização da moradia, sendo o foco da presente pesquisa as ZEIS. As ZEIS são áreas demarcadas no espaço urbano, ocupadas predominantemente pela população de baixa renda, para as quais o poder público tem o intuito de regularizar, sob os aspectos jurídico e urbanístico, assegurando a essa população o direito social à habitação de qualidade. A metodologia adotada consistiu, inicialmente na seleção de um conjunto de municípios brasileiros, e checagem da previsão das ZEIS nos Planos Diretores dos respectivos municípios. Com as informações colhidas foram elaborados quadros-síntese de ZEIS, por município, composto por dados relativos aos mecanismos de regulamentação, mecanismos de gestão e parâmetros urbanísticos específicos. Em seguida, foram elaborados quadros-resumos, para que pudesse ser feita uma análise comparativa das informações sistematizadas dos Planos Diretores dos municípios. Buscando obter precisão nos resultados encontrados, foram elaborados e enviados para os endereços eletrônicos das respectivas Secretarias e/ou órgãos afins dos municípios da pesquisa, questionários referentes aos itens pesquisados sobre as ZEIS, a fim de que pudéssemos cotejar as informações colhidas da análise dos Planos Diretores, com as fornecidas pelas próprias Secretarias Municipais relativas à habitação. Como resultado alcançado tem-se o pequeno número de questionários respondidos, apesar do mesmo haver sido reenviado por diversas vezes na tentativa de se obter alguma resposta positiva.. Neste espeque, a pesquisa tornou-se prejudicada pela insuficiência do retorno dos municípios, sem deixar, contudo, de identificar e esclarecer quais municípios se dedicaram mais à questão da melhoria da habitação de interesse social, em especial na utilização do instrumento urbanístico ZEIS.

Palavras-chave: Zona Especial de Interesse Social; Função social da propriedade; Política Urbana.

¹ Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB. Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

² Orientadora, líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Gestão Democrática das Cidades", vinculado à Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Prof^a Dr^a. Do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL).

AS DIFERENTES FORMAS DE TRIBUTAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Flávio Freitas Mendes¹

André Alves Portela²

O projeto , elaborado pelo Núcleo de Estudos e Tributação em finanças Publicas , teve como intuito inicial , arrecadar códigos tributários municipais junto aos municípios , para que possamos examiná-los , e compará-los com o código Tributário Nacional , no intuito de além de saber como os gestores municipais elaboraram a carga tributaria municipal , analisando seus tributos específicos (ISS, IPTU, ITIV, taxas e contribuições.), e suas adequações para as condições específicas de cada município.

A equipe de pesquisadores , utilizava , de busca , através do contato de telefones e e-mails , com servidores , ou secretários responsáveis , para o envio de seus respectivos códigos de tributação municipal , e leis ordinária , o intuito era a priori , a arrecadação dessas obras , para montar assim um acervo próprio , posteriormente o estudo comparado entre essa legislação específica do município , e compará-los com os demais , desde os com um maior índice arrecadatário , até os que tem pouco poderio , com processos mais singelos e simples , utilizando assim de toda a Biblioteca em que grupo pode nos oferecer , e leis vigentes , com intuito de fazer um estudo baseado nesse nexos causal , entre a norma estabelecida pelo código tributário nacional , e se estão sendo cumpridos , e a questão da ausência destes.

Analisamos que muitos municípios, além de não obter legislação vigente e específica , muitos cobram tributações aleatórias , não esclarecendo de maneira clara , e objetiva o fato gerador do tributo, ocasionando muitas vezes a bitributação pratica esta considerada crime tributário, notamos que os municípios necessitam de novas legislações específicas , ainda muitos necessitam de acessória, consultoria para adequar as leis ordinárias .O objetivo primordial da pesquisa seria oferecer um maior acervo sobre legislações municipais do Estado da Bahia , fornecendo todo o conhecimento adquirido em meios de comunicação , entre eles , site específico da instituição , que servira de Estudo , para estudantes, prefeitos , responsáveis pela administração Publica , contribuintes , com intuito elucidativo, comparativo, denunciativo, e interativo. O intuito do Estudo , não ficaria completo na presente data , mas servindo de propulsor devido as evoluções conseguidas. Esse acervo conseguido servirá de apoio social, e em Futuro próximo , a partir de maior comprometimento social, e órgãos da administração pública, na cobrança de Leis Ordinárias, na divulgação dessas Leis em meios de fácil acesso, o apoio prestado a municípios para a adequação as normas vigentes, também ao apoio a gestão , fiscalização, arrecadação de receitas e Estruturação , para isso temos preparado uma apresentação, com pôster elucidativo , sobre o tema.

Palavras-chave: Tributação; Municipal, Estudo, Comparado.

¹ Discente do curso de bacharelado em Direito pela Universidade Católica do Salvador , bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Orientador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Em tributação e Finanças Públicas e Professor Titular de Direito Tributário e Financeiro do Mestrado e de Graduação da Universidade Católica do Salvador.

CARTOGRAFIA TEMÁTICA SOBRE POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS DE 2010

Pedro Brizack Nogueira¹
Silvana Sá de Carvalho²

A pesquisa buscou compreender através da cartografia temática a distribuição espacial da população residente da Região Metropolitana de Salvador com base no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mapas foram elaborados através de dados alfanuméricos obtidos do Censo, a partir daí a compreensão da distribuição da população na cidade do Salvador e sua região metropolitana. A realização dos mapas foi feita através do uso do *software* de geoprocessamento ArcGIS que possibilitou espacializar os dados alfanuméricos do censo através da base de setores censitários disponibilizados pelo IBGE. Porém, os resultados esperados não foram alcançados, pois nem todos dados foram divulgados pelo IBGE (infraestrutura, educação e renda) e foi identificada uma inconsistência sobre os dados de população, que será demonstrada na cartografia produzida durante a pesquisa.

Palavras-chave: Cartografia temática; RMS; Censo demográfico; Geoprocessamento.

¹ Discente do curso de Geografia da UCSal, bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Professora Doutora da UCSal, orientadora.

COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS PARA CAPTURA DE ARTRÓPODES QUE HABITAM A SERAPILHEIRA EM UM FRAGMENTO DE MATA ATLÂNTICA (SALVADOR, BAHIA)

Manuela Silva Costa Martins¹

Kátia Regina Benati²

Marcelo César Lima Peres³

A serapilheira é um importante componente do ecossistema, é responsável pelo restabelecimento das condições químicas e físicas do solo favorecendo a permanência, desenvolvimento e reprodução de animais e vegetais de modo que eles possam concluir seu ciclo e dar continuidade a sua vida. Funciona como hábitat para muitos animais. Dentre os organismos que habitam a serapilheira, estão os artrópodes, que representam um dos grupos mais abundantes e diversos do planeta. Para entender melhor esses organismos que vivem nesse estrato algumas técnicas de captura são adotadas. Existem poucos trabalhos que comparam a eficiência entre métodos de coleta da artrópodes. Portanto faz-se necessária a comparação entre armadilhas. Além disso, os resultados obtidos no estudo servirão como dados para estudos posteriores, sejam eles para testar armadilha ou simplesmente escolha de técnicas, como também para conhecer a fauna de invertebrados que habitam o Parque Metropolitano de Pituvaçu. O objetivo deste estudo foi comparar a eficiência de duas armadilhas amplamente utilizadas para a captura de artrópodes: extrator de Winkler e funil de Berlese, num fragmento urbano, denominado Parque Metropolitano de Pituvaçu (373h), localizado em Salvador, Bahia. Foram coletados 10.915 indivíduos distribuídos em 23 ordens, sendo as mais frequentes Hymenoptera (Formicidae) com n=4.818, Isoptera (n= 3.339), Acari (n= 1.713) e Araneae (n=311). No extrator de Winkler, foram coletados 4.905 organismos, distribuídos em 22 ordens, os mais frequentes foram Hymenoptera (Formicidae) com 2.378, Acari (n= 1.006), Isoptera (n= 982) e Araneae (n= 228). Já o funil de Berlese capturou 6.010 indivíduos, em 23 ordens, as mais frequentes foram Hymenoptera (Formicidae) com 2.440, Isoptera (n= 2357), Acari (n= 707) e Araneae (n= 83). As ordens Lepidoptera e Amblypygi foram exclusivas do funil de Berlese. Não houve diferença significativa ao comparar abundância, número de ordens e número de ordens mais frequentes em relação a composição entre as duas armadilhas. Entretanto, o Winkler mostrou-se mais recomendado na captura das aranhas para fragmentos urbanos, diferente do Berlese que conseguiu amostrar grupos exclusivos de animais como Amblypygi. Os dois métodos de coleta ainda sim capturaram Schizomidas que são organismos raros, evidenciando a importância da conservação para fragmentos urbanos que abrigam uma boa parcela da diversidade.

Palavras-chave: Técnicas de coleta; Schizomida, Unidades de conservação.

¹ Graduanda do curso de Ciências Biológicas – ICB/UCSAL. Estagiária do Centro de Ecologia e Conservação Animal. Bolsista pela FAPESB.

² Mestre em Ecologia e Biomonitoramento (UFBA), Colaborador do Centro de Ecologia e Conservação Animal.

³ Coordenador do Centro ECOA, Mestre em Biologia Animal (UFPE), Doutor em Ecologia (UFBA).

COMPOSIÇÃO E DIVERSIDADE DA ARANEOFAUNA (ARACHNIDA: ARANEAE) EM FORMAÇÕES VEGETAIS DE RESTINGA DO LITORAL NORTE DA BAHIA

Luana Vinhas Muniz Santos¹
Anderson Abbehusen Freire de Carvalho²

A Restinga, ecossistema associado à Mata Atlântica, ocupa grandes extensões do litoral, nas planícies costeiras onde está inserido a porção mais costeira desse Bioma. A Vegetação é caracterizada pela presença de árvores, arbustos, trepadeiras, epífitas, samambaias e muitas bromélias. Os caules são duros e retorcidos, possuem folhas ásperas e resistentes, raízes com forte poder de absorção, e comporta uma fauna bastante diversificada. Tornou-se um ecossistema bastante explorado, principalmente pelo turismo e hotelaria, por conta da sua localização geográfica. Tal fato é agravado em consequência da escassez de conhecimentos bióticos, principalmente em relação à artropodofauna, grupo fundamental para a compreensão dos processos ecológicos locais. Dentre os artrópodes, destacam-se as aranhas, abundantes em ambientes terrestres, fáceis de capturar, além de desempenharem papéis importantes, sendo assim uma excelente ferramenta para a avaliação e monitoramento de áreas naturais. Desta forma o presente trabalho objetivou investigar a diversidade da araneofauna nas formações vegetais da Restinga do Litoral Norte da Bahia, comparando-as quanto à sua riqueza e composição. As coletas foram realizadas durante o mês de junho de 2011, em seis unidades amostrais distribuídas ao longo de 220km de Restinga do Litoral Norte da Bahia, distanciando-se 30km uma da outra. Utilizou-se os métodos de Extrator Winkler, Armadilha pitfall trap e Guarda-chuva Entomológico, além de variáveis descritoras da estrutura física e climática (estrutura 3D, número de troncos caídos, densidade de bromélias, frequência de micro-habitat, cobertura de herbáceas, cobertura de serrapilheira, profundidade de serrapilheira, densidade do solo, temperatura do ar, umidade do ar, temperatura do solo e temperatura do substrato). O material coletado foi triado no Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA/ICB/UCSal e em seguida encaminhado ao Instituto Butantan para identificação das espécies e posteriormente depositado na Coleção Aracnológica do Laboratório de Artrópodes Peçonhentos desta instituição. As análises foram feitas através dos programas PAST, aplicando os índices de diversidade de Shannon e Simpson, além do índice de dominância de Berger-Parker; para verificar a heterogeneidade entre as formações foi utilizado o programa PC-ORD, aplicando o teste Sorensen; para as variáveis descritoras da estrutura física e climática dos habitats acessados foi feita uma análise de Cluster, com a medida de similaridade de Morisita-Hom. Os resultados obtidos demonstram similaridade acima do coeficiente de correlação para as variáveis climáticas e físicas, além de comprovar que existe diferença na diversidade, riqueza e dominância da

¹ Graduanda do curso de Ciências Biológicas da UCSal, bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Professor da UCSal, orientador.



araneofauna nas formações de restinga. Isto pode ser explicado pelo fato de que as formações possuem diferentes níveis de complexidade estrutural, oferecendo assim uma diversidade de habitats, abrigo e alimento, favorecendo a existência de espécies que ocupam vários estratos diferentes. Entretanto se faz necessário o aumento do esforço amostral a fim de apresentar uma maior precisão nos valores obtidos para esses índices, já que estes são fundamentais para a compreensão dos processos ecológicos que determinam a diferença e o gradiente de distribuição das aranhas nesse ecossistema.

Palavras-chave: Araneofauna, Restinga, Litoral Norte.



DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO ACERCA DO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU

Raiana Raquel Dantas Serra Bomfim¹

Priscila Maria dos Santos Silva²

Marcelo César Lima Peres³

Os acervos bibliográficos principalmente nos centros de pesquisa são considerados bons instrumentos para divulgar informações. Abrigam uma coleção pública ou até mesmo privada, sendo importantes a nível cultural e científico. Visão atender as necessidades de um público geral e nesse sentido, as práticas de Educação Ambiental (EA) são essenciais para facilitar difusão do conhecimento científico destes acervos. E, assim, torná-las acessíveis à população e superar a mera transmissão de conhecimentos ecológicos. Objetivou-se analisar as publicações do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOА) referente ao Parque Metropolitano de Pituаçu (PMP), visando torná-las mais acessíveis ao público. O PMP, onde os pesquisadores do ECOА desenvolvem estudos desde 2001 é uma das maiores unidades de conservação (UC), de Mata Atlântica na área de Salvador. A utilização desta UC é feita por diversos grupos: escolas, universitários, pesquisadores, turistas, pescadores e comunidade local. A metodologia constou de um levantamento das publicações relacionadas ao PMP no acervo bibliográfico do ECOА e no currículo lattes do CNPq dos seus pesquisadores. No acervo as buscas aconteceram semanalmente, através do índice de referências disponibilizado pelo ECOА. Neste, foi usado para controle o número de tomo, a categoria do material, volume, autor e as Palavras-chave. Foram encontradas 162 publicações nas buscas no plataforma lattes, que correspondem a cinco linhas de pesquisa: Aracnologia, Botânica, EA, Herpetologia e Mastozoologia. Para tal resultado foi analisado primeiramente os currículos dos coordenadores do ECOА e posteriormente, os pesquisadores. Dentro dessas categorias encontramos valores específicos: 24 trabalhos completos, 23 resumos expandidos e 91 resumos simples apresentados em congressos. Além de 16 artigos completos publicados em periódicos científicos. No próprio acervo foram encontradas 20 publicações, sendo que 12 monografias de conclusão de curso, 5 artigos científicos publicados em revista, 1 artigo publicado em congresso e 1 resumo. Distribuídas em três

¹ Graduanda do curso de Ciências Biológicas – ICB/UCSAL. Estagiária do Centro de Ecologia e Conservação Animal. Bolsista pela FAPESB.

² Graduada em Ciências Biológicas – ICB/UCSAL; Mestranda em Ecologia e Gestão Ambiental – Universidade Federal da Bahia; Colaboradora do Centro de Ecologia e Conservação Animal.

³ Coordenador do Centro ECOА, Mestre em Biologia Animal (UFPE), Doutor em Ecologia (UFBA).



grupos: Aracnologia, Botânica e EA. De acordo com as informações obtidas, foi produzido um catálogo com as produções científicas no formato impresso e digital, que será entregue a administração do PMP, as escolas adjacentes a essa UC e a biblioteca da Universidade Católica do Salvador. Com tal produção, facilitaremos a transmissão das informações produzidas pela academia. Repassaremos para a comunidade, de forma dinâmica e interativa, tornando, imprescindíveis as práticas pedagógicas de EA na transferência desses conhecimentos. Propomos que sejam desenvolvidos outros instrumentos de difusão, a exemplo da produção de materiais didáticos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Unidade de Conservação Urbana; Acessibilidade.



ENTRE CRIME E CASTIGO: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES JURÍDICAS E SOCIOLÓGICAS DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Jorge Cleidson Andrade Reis de Mello¹
Profa. Orientadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

O tema escolhido será aprofundado no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como requisito obrigatório de aprovação na graduação em Direito. Desta forma, o presente versa sobre o Sistema Penal Brasileiro e suas representações na contemporaneidade a partir das categorias analíticas: Pena, prisões, processos sócio-educativos e relações familiares. Busca-se refletir e analisar acerca da política criminal e penal, as diretrizes nacionais para a educação nos estabelecimentos prisionais e o plano político pedagógico. A provocação se iniciou na Conferência Ibero Americana de Direito Penal, com publicação do livro: “Sistema Penal Contemporâneo: a crítica e o debate” – realização do Ministério da Justiça, juntamente com o CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2010, e os marcos legais-institucionais vigentes. Também, em exame, as diretrizes debatidas no I Encontro Regional Nordeste de Educação em Prisões, 2010, Salvador-BA. Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões – Conselho Nacional de Educação, publicado no D.O.U. de 7/5/2010, Seção 1, p. 28. Pretende-se com isso abordar o estudo enfocando os aspectos do Direito Penal, constitucional e, sobretudo, nos Direitos Humanos. A problemática partiu da seguinte interrogação: O que é justiça? O sistema penal é justo ou injusto? De que forma o indivíduo é integrado a sociedade? Ou seria desintegrado. O objetivo é trazer à baila o cenário carcerário de presídios de Salvador-BA, dentro das questões atuais da conjuntura criminal, baseado numa hermenêutica jurídica. A fundamentação teórica perpassa por uma revisão bibliográfica de doutrinadores de referência da área jurídica e sociológica, entre livros, teses, dissertações e artigos. As pesquisas na seara jurídicas normalmente são bibliográficas e documentais. Além deste método pode-se acrescentar também a pesquisa descritiva, chamada de campo, a qual será trabalhada em fase próxima da pesquisa. No campo “sujeitos” terá como amostragem o grupo de indivíduos que encontram-se presos.

¹ Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo CNPq.

² Professora da UCSal, orientadora.

FAMÍLIA: RECURSO DA PESSOA E DA SOCIEDADE

Edna Luz Silva Xavier de Freitas¹
Lúcia Vaz de Campos Moreira²

O presente estudo analisou a situação de famílias de classe baixa residentes em Salvador (Bahia). Procurou-se elucidar os valores humanos e sociais que a família gera quando vive relações de cooperação entre os sexos e entre as gerações ao longo do tempo. O estudo caracterizou-se por ser quantitativo. Foram 78 participantes, sendo 46 mulheres e 32 homens. Os critérios de inclusão foram: ser um dos responsáveis pela família; ter entre 30 e 55 anos e residir em Salvador, residir em bairro popular; ter, no máximo, cursado o ensino médio completo; a renda familiar ser de até três salários mínimos. As famílias foram selecionadas com a mesma proporção de configurações familiares indicadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2010): 48,2% - Casais com filho(s); 17,2% - Mulheres sem cônjuges e com filho(s); 16,6% - Casais sem filhos; 6,0% - Outros tipos. A pesquisa foi desenvolvida de acordo com as seguintes etapas: elaboração do instrumento de pesquisa e submissão do projeto a Comitê de Ética em Pesquisa; treinamento da equipe de campo e realização de pesquisa piloto; avaliação dos resultados da pesquisa piloto e feedback à equipe de entrevistadores; seleção de participantes segundo os critérios amostrais e inserção em trabalho de campo. O recrutamento foi realizado utilizando a técnica bola de neve, em que um participante indica outros. Todos os que consentiram em participar do estudo assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados foram analisados utilizando o programa SPSS. Como resultados obteve-se que os entrevistados compreendem que as relações familiares constituem um capital social e humano, isto é, consistem em relações nas quais as pessoas mostram e praticam a confiança recíproca e seguem normas de cooperação, solidariedade e reciprocidade. Assim, os participantes reconhecem que podem contar com seus familiares em casos de necessidades urgentes (71,8%), que existe solidariedade interna (66,7%), e que a educação recebida dos pais contribuiu para encontrar pessoas significativas para a vida deles (65,4%). Verificou-se mudanças sociais, tais como a inserção da mulher no mercado de trabalho, do homem mais participativo no cotidiano familiar, bem como a descaracterização da família patriarcal, que implicaram uma nova distribuição dos papéis na família.

Palavras-chave: Família; Pessoa; Sociedade.

¹ Acadêmica em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Gramática e Texto pela UNIFACS. Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador. Bolsista PIBIC/FAPESB. Contato: ednaluzfreitas@yahoo.com.br – Autora.

² Doutora em Psicologia (USP) e Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. E-mail: luciacvm@oi.com.br. Orientadora.

GRANULOMETRIA DO COMPOSTO OBTIDO NA UNIDADE DE COMPOSTAGEM DA LIMPURB – SALVADOR - BA

Ana Claudia Bastos de Souza¹

Juan Carlos Rossi Alva²

Miriam de Fátima Machado Carvalho³

No Aterro de Canabrava, localizado na cidade de Salvador – BA, funciona a Unidade de Compostagem da LIMPURB, neste local durante o período seco e o chuvoso foram montadas e monitoradas 9 pilhas durante onde cada 3 possuía uma mistura diferente em relação com proporções de material carbonado e nitrogenado. Os principais parâmetros monitorados foram: temperatura das leiras e a ambiente, índice de pluviométrico e umidade para a verificação da necessidade do revolvimento das leiras, foram coletas amostras ao longo do processo, a primeira coleta de cada período estudado foi realizada nos dias da montagem das pilhas, assim, essas amostras representam o material no primeiro dia do processo de degradação e ao final do processo de compostagem, cerca 150 dias após a montagem, foi realizada a coleta do produto final; após as coletas o material seguiu para o Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA da UCSal, onde foram feitas as análises físico-químicas e bacteriológicas do composto, uma vertente dessas análises foi a granulometria que representa o tamanho das partículas presentes nas pilhas, este fator influencia diretamente nos parâmetros de aeração, umidade, compactação, temperatura e ação microbiológica, esta análise foi realizada utilizando as peneiras 50,8; 38,1; 25,4; 19,1; 9,5; 4,8; 2,0; 1,18; 0,6; 0,42; 0,25 mm. Posteriormente, foram elaboradas curvas granulométricas, utilizando planilha eletrônica. Ao fim das análises pode-se perceber que ocorreu uma redução do tamanho das partículas do material durante o processo de compostagem, contudo essa redução foi variável tanto em relação á composição das misturas como em relação ao período em que se deu a compostagem. O composto obtido ainda estão de acordo com a Instrução Normativa nº 25 de 23/07/09 do Ministério da Agricultura, assim sendo ele se aproxima da classe de Composto farelado.

Palavras-chave: Partículas; Granulometria; Composto.

¹ Graduando - Universidade Católica do Salvador/ UCSAL – Ciências Biológicas - Laboratório de Estudos em Meio Ambiente - LEMA – Bolsista de iniciação científica pela FAPESB, anaclaudiabastos2@gmail.com

² Doutor em Bioquímica/UFRJ – Professor adjunto Mestrado em Planejamento Ambiental/UCSAL, pesquisador do LEMA– Co-Orientador

³ Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL – pesquisadora do Laboratório de Solos- Orientadora

INFLUÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL NA CONCENTRAÇÃO DE *Leptospira interrogans* EM ESGOTO E ÁGUAS EMPOÇADAS EM ÁREAS ENDÊMICAS DE SALVADOR - BA

Daiana Santos de Oliveira¹

Federico Costa²

Juan Carlos Rossi Alva³

A leptospirose tem sido considerada como uma doença emergente de grande problema de saúde pública, principalmente nos países tropicais. A água de superfície ambiental é um fator de extrema importância não apenas para a sobrevivência do microrganismo no ambiente, pois as leptospiras podem sobreviver em ambiente úmido de semanas a meses, mas também por ser um reservatório para a transmissão de doença no local. No entanto, os fatores ecológicos que influenciam a dinâmica espacial e temporal de leptospiras neste reservatório permanecem pouco compreendidos. Nesse estudo, foi realizado um estudo ecológico onde caracterizamos a variação espaço temporal da presença e concentração de leptospiras patogênicas em duas fontes de água (esgoto e empoçada), oriundas de áreas endêmicas de elevado risco de transmissão de leptospiras, em Salvador - Bahia. Foi utilizado o método de PCR tempo real, baseado no gene *lipL32*, para a detecção e quantificação de *Leptospira interrogans* sorovar Copenhageni nestas amostras de água. As coletas aconteceram durante os meses de julho e novembro de 2011. De acordo com os resultados analisados a proporção de amostras positivas qPCR (21% vs 10%, $P < 0,05$) e concentração de leptospira (138 vs 310 GE/mL, $P < 0,05$) foram significativamente maiores para o mês onde a precipitação foi maior (novembro comparado a julho, 230 x 81mm). Amostras coletadas no período da manhã foram significativamente mais frequentemente positiva (19,6% vs 6,3%). A proporção de qPCR amostras positivas e concentrações leptospira foram também significativamente mais elevada no esgoto (17,8%; 194 GE/ml) do que a água de poças (7,3%; 296 GE/ml). Estes resultados indicam que as variações diurnas e sazonais influenciam a dinâmica das leptospiras no ambiente. Além disso, eles também sugerem esgoto pode ser uma fonte de transmissão chave em comunidades de baixa renda, e as intervenções que visem este reservatório será necessário para a prevenção eficaz.

Palavras-chave: Leptospirose; Ambiente; PCR quantitativo.

¹ Graduanda em Ciências Biológicas. Laboratório de Estudos em Meio Ambiente-LEMA/ UCSal. Bolsista Iniciação Científica PIBIC-FAPESB – Autor

² Doutor em Biotecnologia e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Pesquisador visitante/ CPqGM – FIOCRUZ – Co-Orientador.

³ Doutor em Ciências /UFRJ. Professor Adjunto do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental/UCSal - Pesquisador do Laboratório de Estudos em Meio Ambiente-LEMA – Orientador.

INSERÇÃO DIGITAL DAS FAZENDAS MUNICIPAIS SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Gleydson Martins Peixoto¹
André Alves Portella²

O presente trabalho, em essência, traz reflexões sobre a pesquisa intitulada Inserção digital das Fazendas Públicas Municipais do Estado da Bahia, sob a perspectiva do Direito Tributário. Essa pesquisa está sendo realizada no Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas (NEF), vinculado ao Mestrado em Direito Público da UCSal. Atualmente, esse Núcleo vem desenvolvendo um projeto de pesquisa que tem como escopo realizar uma análise jurídico-tributária das possibilidades de inserção digital das Fazendas Públicas Municipais, objetivando o levantamento de uma problemática adjacente, e com vista ao lançamento das bases para a criação de uma plataforma informatizada de gestão e controle dos tributos que seja ao mesmo tempo eficaz e não vulnere direitos fundamentais do cidadão. O ponto de partida foi realizar uma pesquisa sobre os Municípios, observando os aspectos históricos, geográfico, econômico, social, populacional e financeiro, com o fulcro de conhecer a realidade desses Municípios. Também foi feito um levantamento da legislação tributária desses Municípios. Insta mencionar que este ponto, ainda está sendo realizado, em virtude das inúmeras dificuldades encontradas, como os *sites* oficiais das prefeituras ou das Câmaras Municipais não apresentam a legislação tributária para *download*; dentre outros. Foi realizada uma análise técnica da legislação tributária de alguns Municípios (Itapebi, Nova Viçosa e outros), com o fito de conhecer a realidade da legislação dos Municípios ora estudados. Com o objetivo de realizar uma pesquisa mais rápida e eficaz da legislação desejada, foi necessário uma padronização dos documentos obtidos. Posteriormente foi elaborado o site do NEF, com o intuito primordial de criar uma base de dados informatizada de todos os Municípios do Estado da Bahia. Em seguida, foi necessário um banco de dados, objetivando organizar todo o material coletado. Foi realizado o fichamento de diversos livros – a exemplo: “Hipótese de Incidência Tributária” de Geraldo Ataliba; “Metodología de la ciencia del derecho” de Karl Larenz; dentre outros –, tendo como finalidade um maior domínio do conteúdo acadêmico-jurídico. Insta mencionar os trabalhos que este estudo rendeu: “Inserção Digital das Fazendas Municipais da Região Geográfica do Piemonte da Diamantina sob a Perspectiva do Direito Tributário”; “A função socioeconômica dos tributos

¹ Autor. Graduado em História com Habilitação em Patrimônio Cultural (UCSAL). Especialista em Cultura Afro-Brasileira (UNIFACS). Graduando do 9º semestre de Direito (UCSAL). E-mail: tengmp@gmail.com, bolsista IC FAPESB.

² Orientador. Mestre e Doutor em Direito Financeiro e Tributário (Universidade Complutense de Madrid). Professor Adjunto dos cursos de Mestrado e Graduação em Direito (UCSAL). Pesquisador e consultor do CNPq e da FAPESB. Coordenador do NEF - Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas E-mail: aaportella@pq.cnpq.br



municipais: importância do Código Tributário Municipal”, no qual houve apresentação e publicação: dos resumos nos Anais da VI e VII Semana de Iniciação Científica; e dos artigos nos anais da XIII e XIV SEMOC. Além disso, pretende publicar no VIII SEMOC o artigo de conclusão de curso, intitulado “A (in)constitucionalidade da taxa de lixo cobrada pelo município de Salvador/BA”. Por fim, cumpre destacar que o objetivo final do projeto de pesquisa ainda não foi atingido, tendo em vista as múltiplas dificuldades encontradas. Entretanto, o projeto tem demonstrado a sua relevância no âmbito acadêmico, jurídico e social.

Palavras-chave: Finanças públicas; Municípios; Tributação.



INSTITUIÇÃO FAMILIAR: DESEJO E DIREITOS SEXUAIS NA REFLEXÃO DE MICHEL FOUCAULT

Tiana Simões Silva Viera¹
José Euclimar Xavier de Menezes²

O presente trabalho é fruto de pesquisa, ainda em andamento, sobre os direitos sexuais, em especial os referentes aos homossexuais. A legislação brasileira tem sofrido constantes mudanças para na tentativa de assegurar exercício da cidadania plena a qualquer pessoa, independentemente de ser *gay*, lésbica ou transgênero. E são com essas mudanças o alvo deste trabalho, que visa refletir acerca das garantias dos direitos humanos fundamentais como meio de garantia da liberdade sexual. O estudo dos fatos históricos se mostra de extrema importância para o entendimento da atual legislação. Enseja-se aqui a análise dos textos protetivos nos inúmeros documentos internacionais como fruto da evolução dos direitos humanos fundamentais gestados após a Segunda Guerra Mundial.

Os autores nos quais a pesquisa se baseia são Michel Foucault e Judith Butler. Procede-se realizando tanto leituras diretas, bem como análise de seus respectivos comentadores. A trilogia de Michel Foucault *História da Sexualidade* foi lida e debatida a cada supervisão semanal realizado com o orientador. Os âmbitos jurídico e psicológico caminham juntos no projeto, caracterizando sua interdisciplinaridade.

Tratando-se de direitos sexuais, a pesquisa não poderia deixar de englobar o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e neste projeto, está sendo feito um levantamento das condutas lesivas a este princípio, da violação do direito à liberdade sexual e dos instrumentos legais contra a homofobia.

É latente a ausência de orientação à grande maioria da população acerca da proteção legal existente contra a homofobia. Hodiernamente, constata-se trabalhos isolados de esclarecimento na área de educação acerca dos direitos assegurados constitucionalmente a qualquer pessoa, independente de cor, raça, sexo ou condição sexual. Além disso, a ultrapassada ideia da condição sexual como patologia, mesmo que já tenha sido desmistificada cientificamente, ainda persiste na nossa mentalidade e no seu tratamento social.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e bolsista de Iniciação Científica pela FAPESB.

² Pós-doutor em Filosofia Moderna/Pontifícia Università Lateranense/Itália; Doutor e Mestre em Filosofia Moderna/Unicamp, professor e pesquisador do Programa em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal, professor dos cursos de psicologia da Faculdade Social da Bahia (FSBA), Santíssimo Sacramento. Lidera o grupo de pesquisa Epistemes da Subjetividade.



Enfim, os direitos sexuais, gradual e constantemente, têm ocupado um lugar de importância nas discussões jurídicas e são merecedores de um estudo mais profundo, inclusive com enfoque na violação dos direitos humanos quando presente a homofobia.

Palavras-chave: Direito; Sexualidade; Família.



MONITORAMENTO DE PAVIMENTO SEMI-PERMEÁVEL E TRINCHEIRA DE INFILTRAÇÃO EM FUNÇÃO DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL

Camila Maria Leite dos Santos¹
Rafael Bacelar Oliveira Carneiro²
Miriam de Fátima Carvalho³

Este artigo consiste no estudo experimental de um pavimento semi-permeável composto de blocos de solo-cimento e uma trincheira de infiltração visando aplicabilidade posterior destes na urbanização para amenizar o escoamento superficial. Para a análise mais precisa deste estudo, foi construído um pavimento semi-permeável a fim de serem observadas mudanças impostas por intempéries sobre o mesmo; uma trincheira de infiltração foi construída após o pavimento para uma maior percolação de água no solo; e uma estação meteorológica foi instalada próxima ao pavimento, para coletar dados sobre a chuva no local.

Blocos de solo-cimento foram construídos com uma betoneira e uma prensa e posteriormente assentados, de maneira intertravada com rejunte de areia, num terreno inclinado (conferindo escoamento ao fluido), caracterizando o pavimento semi-permeável em estudo, sendo delimitado por meio-fio. Desde a sua montagem em campo, são tiradas fotos para acompanhar a sua degradação pelos agentes externos aos quais está sujeito.

Entre o pavimento permeável e a trincheira foi construída uma caixa de passagem para amenizar o impacto da água na última. Essa caixa foi feita em alvenaria e argamassa, e foram fixadas em seu interior duas estruturas: uma tela de aço com a finalidade de reter partículas que pudessem entupir os tubos em PVC e dissipar a energia da água antes de ser medida; e um vertedor triangular para controlar a vazão. Para que a água alcançasse a trincheira, foi instalado um sistema de tubos no limite da caixa de passagem para conduzir a água até àquela.

Em seguida, foi aberta uma trincheira de infiltração perpendicular ao pavimento de solo-cimento com oito metros de extensão e dois metros de profundidade, pois o solo possui um coeficiente de permeabilidade de 10^{-4} cm/seg, sendo necessária uma maior armazenagem de água já que a mesma percola mais lentamente num solo que contém argila em seus interstícios. A trincheira foi revestida com manta geotêxtil, pois a mesma atua como um filtro, impedindo a colmatação. Seu interior foi preenchido com pedra de mão, para que o

¹ Estudante de Iniciação Científica FAPESB – UCSal; camilaleitecmls@hotmail.com,

² Estudante de Iniciação Científica FAPESB – UCSal; rafael_bacelar_@hotmail.com.

³ Prof. Dr., Departamento III / Escola de Engenharia / UCSal - Orientadora do projeto DRENSAL – FAPESB; miriam@ucsal.br

fluido escoado não seja lançado diretamente ao fundo da trincheira e possibilitando ao mesmo um fluxo elevado. No centro da trincheira foi instalado um piezômetro, construído em tubo PVC com diâmetro 20mm, perfurado cerca de um metro de altura e revestido com geotêxtil, com finalidade de monitorar o nível d'água dentro da trincheira ao longo do tempo.

Três equipamentos de monitoramento estão incluídos no projeto: uma estação meteorológica para monitoramento da chuva e dois medidores de pressão, um mede o nível d'água dentro da trincheira e o outro, o nível d'água no vertedor. A estação meteorológica foi instalada a um metro do pavimento, em local aberto para uma maior precisão da coleta de dados. É constituída por quatro sensores: de chuva, velocidade do vento, piranômetro e temperatura. Os medidores foram instalados em dois tubos em PVC, e ambos possuem em seu terminal um conector que permite a entrada USB para o computador (chamado de Data Logger). Concluída a instalação em campo da estação e do Data Logger e após a resolução das dificuldades encontradas, foi possível iniciar o monitoramento da precipitação no local.

Palavras-chave: Trincheira de infiltração; Pavimento de solo-cimento; Drenagem urbana; Estação meteorológica.



O PERFIL DO APOSENTADO E PENSIONISTA NO ESTADO DA BAHIA

Carla Souza Viana dos Santos¹
Larissa Marciana Paulo de Paula²
Rita de Cássia Alves Pereira³
Sidineia de Moraes Siqueira⁴
Josimara Delgado⁵

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa “O perfil do aposentado e pensionista no estado da Bahia”, desenvolvida a partir da parceria entre a Federação de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia – FEASAPEB e a Universidade Católica do Salvador – UCSAL. A pesquisa teve como objetivo efetuar o levantamento do perfil do aposentado e pensionista no estado da Bahia, bem como compreender a situação sócio-econômica e cultural desses sujeitos. Para tanto, foram realizadas visitas às Associações conveniadas à FEASAPEB e aplicados formulários para identificação dos mesmos. Apresentaremos, pois, em nosso trabalho, os resultados dessa investigação que nos dá um quadro interessante sobre os aposentados e pensionistas baianos a partir da realidade dos associados das diversas associações de aposentados da Bahia. Dentre vários dados, constatamos que existe uma preocupação muito grande por parte dos entrevistados quanto às perdas salariais ocorridas nos últimos anos em seus salários e que os aposentados, na sua maioria, reconhecem que esta luta dentre todas aquelas travadas pelo segmento, é a mais importante na obtenção de sua cidadania.

Palavras-chave: Perfil, Aposentados, Pensionistas.

¹ Graduanda de Serviço Social – UCSAL e Bolsista CNPq

² Graduanda de Serviço Social – UCSAL e Bolsista CNPq

³ Graduanda de Serviço Social – UCSAL e Bolsista FAPESB

⁴ Graduanda de Serviço Social – UCSAL e Bolsista FAPESB

⁵ Professora do Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL e orientadora.

O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NA BAHIA

Maria Isabel Carvalho Vasconcellos¹

Ângela Maria Carvalho Borges²

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar a precarização das condições do trabalho nas atividades relacionadas à execução das políticas sociais. Para tal, foi realizado o levantamento e revisão bibliográfica relativa à precarização das relações de trabalho, através dos periódicos Serviço Social e Sociedade e Serviço Social e Realidade, acompanhamento do III Encontro dos/as Trabalhadores/as do SUAS, realizado pelo Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, analisados vídeos da Audiência Pública Terceirização encontrado no site do TRT como também coletas de artigos sobre o tema abordado em sites de pesquisa de teses, dissertações e artigos. A princípio, o conceito de precário é entendido como modificação de algo para pior, referente à qualidade das condições de trabalho, este conceito é identificado principalmente na passagem do modelo fordista para a flexibilização produtiva. A palavra precarização é formada a partir das situações vivenciadas pelos trabalhadores, como: péssimas condições de trabalho; redução dos direitos trabalhistas; fragilidade dos vínculos de trabalho e desemprego, aspectos estes que fragilizam a qualidade de vida do trabalhador. Entre esses aspectos de precarização, encontra-se a terceirização. Quando se fala em Terceirização há sempre um grande leque de opiniões, há aqueles que defendem, mas há também aqueles que são contra: “Os empresários querem obter do Tribunal Superior do Trabalho o sinal verde para a terceirização de atividades-fim, sobretudo no meio governamental. As centrais sindicais resistem à ideia e vêm trabalhando por meio do Ministério Público do Trabalho na denúncia dessas atividades, quando detectadas nos órgãos governamentais”. Segundo Gerson Schmitt, presidente da associação de empresas de software do Brasil (ABES), em discurso no TRT na audiência pública sobre terceirização, afirma que as novas tecnologias estão moldando os novos profissionais exibindo “uma outra realidade, e por isso a contratação dessas pessoas jurídicas está associada ao desejo de empreender; o conhecimento adquirido, eles passam a aprender seu próprio talento, e passam a querer ser donos do seu destino, eles tem menor necessidade de tutela e tem maior necessidade de liberdade pelo conhecimento conquistado.” Continua esclarecendo que um mundo cada vez mais desenvolvido, com uma sociedade cada vez mais independente, tenta liberar os seus cidadãos do jugo e da tutela do Estado, mas “quando

¹ Estudante de Graduação de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Doutora em Ciências Sociais, professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho, orientadora.



nós queremos encaixar a CLT de 1943 no perfil desse jovem, desse profissional, que está no mercado de 2011, com as facilidades do mundo digital, as coisas não se encaixam”. Rebatendo tal opinião, o representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Antônio Fernandes Neto, afirmar que existem muitas cooperativas ilegais, que há uma necessidade de regulamentar a prestação de serviços: “a terceirização entrou (no Brasil) como forma de precarizar, de economizar as empresas, de destruir um conceito daquilo que seria digno: especialização. “Essas são as empresas que dizem que os trabalhadores querem ser empreendedores, não querem discutir a participação dos lucros e resultados, não querem compartilhar os lucros com os trabalhadores; Essa é grande diferença do mundo real e do mundo fictício” conclui. A terceirização é a maior e a mais discutida causa da precarização que hoje atinge vários setores de trabalho. Os resultados desta etapa, permitem maior capacitação para levantamento bibliográfico e base para entrevistas em sindicatos e visita ao MPT, ampliando a discussão sobre as condições de trabalho focando nos professores de universidades particulares.

Palavras-chave: Trabalho; Precarização; Terceirização.



O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E A UTILIZAÇÃO DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Telma Santos Albuquerque¹

Nelson Baltrusis²

O debate em torno do problema habitacional vem ganhando destaque nos últimos anos. Há inúmeras discussões pautadas no Programa Nacional de Habitação, Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que visa à redução do déficit habitacional, fundamentando-se na Política Nacional de Habitação (PNH), implantada no ano de 2004, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 07 de julho de 2009 foi aprovada a Lei Federal 11.977, que criou o PMCMV. O programa objetiva incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. Com a implementação do Estatuto da Cidade, através da Lei nº 10.257/01, o Plano Diretor passou a ser uma exigência constitucional. É de fundamental importância que os municípios com mais de 20.000 habitantes formalizem o Plano Diretor da sua cidade e incorporem o instrumento de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que segundo ROLNIK, (2010) são áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular, e estabeleçam as regras e demarque-as no território. A cidade do Salvador possui a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUS) nº 8167/12 que delimita as ZEIS. Com o desígnio de analisar a utilização das ZEIS no município por parte do PMCMV, para a produção de unidades habitacionais, buscamos por meio da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM), a localização das construções dos empreendimentos destinados à habitação de interesse social e através das coordenadas geográficas averiguamos se os mesmos localizam-se em ZEIS, resultando na elaboração de um mapa que contempla as ZEIS e a localização dos empreendimentos.

Palavras-chave: Habitação; Zoneamento; Salvador.

¹ Graduanda do curso de Geografia Bacharelado/Licenciatura da Universidade Católica do Salvador e Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), orientador e líder do Grupo de pesquisa Desenvolvimento Municipal da Universidade Católica do Salvador.

RELAÇÃO C/N NO PROCESSO DE COMPOSTAGEM DE TRÊS MISTURAS DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM PERÍODOS CLIMÁTICOS DIFERENTES

Felipe Guimarães de Souza¹

Miriam de Fátima Carvalho Machado²

Juan Carlos Rossi Alva³

A utilização de resíduos orgânicos para a produção de adubo é uma prática muito antiga, realizada pelo homem já nas primeiras sociedades agrícolas. Essa modalidade de tratamento de resíduo consiste na degradação aeróbica e termófila da matéria orgânica, sendo um processo controlado, mediado por microrganismos resultando em um produto final estabilizado e rico em substâncias húmicas. O trabalho teve como objetivo determinar e analisar a concentração de C e N e a relação C/N no início e final do processo de compostagem de três misturas de resíduos orgânicos em dois períodos climáticos, seco e chuvoso, assim como entre as misturas no mesmo período e entre cada mistura em períodos diferentes. Em cada período foram montadas nove pilhas de compostagem de pequeno volume utilizando três misturas diferentes, onde cada uma dessas foi representada por três pilhas. Foram determinados os teores de C, N e a relação C/N das amostras iniciais e do produto final. Os teores de carbono orgânico do produto final de todas as misturas, tanto do período seco quanto do chuvoso são menores que nas amostras iniciais. No período seco e chuvoso a mistura 1 (70% poda e 30% cama de animal) e a mistura 2 (70% poda, 20% frutas e verduras e 10% cama de animal) apresentaram relação C/N inicial e final maiores que a mistura 3 (60% poda e 40% frutas e verduras). A mistura 3 foi a que apresentou os melhores resultados para relação C/N nos dois períodos, indicando ser a mistura mais adequada para a obtenção de composto a partir destes resíduos. Apesar de apresentarem alta relação C/N em relação a mistura 3, as misturas 1 e 2 ainda se enquadram na Instrução Normativa nº 25 no que se refere a garantia estabelecida para os teores de C e N e a relação C/N em fertilizantes orgânicos.

Palavras-chave: Compostagem; Relação C/N; Fertilizante orgânico.

¹ Bolsista FAPESB – Graduando em Ciências Biológicas/UCSAL; Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA - felipe.guimaraes.souza@gmail.com.

² Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL – Co-Orientadora.

³ Doutor em Ciências/UFRJ – Professor adjunto do Mestrado em Profissional em Planejamento Ambiental/UCSAL, Pesquisador do LEMA – Orientador.

SEGURANÇA PÚBLICA DE SALVADOR EM 2010–2011: UMA APLICAÇÃO DE MODELAGEM CARTOGRÁFICA

Silla Bonfim Meneses¹
Silvana Sá de Carvalho²

A cidade de Salvador vem sofrendo altos índices de violência urbana nos últimos anos. As geotecnologias são atualmente um instrumento importante para análise de dados espaciais urbanos, inclusive dados de segurança urbana. O objetivo desse trabalho é mostrar o potencial das geotecnologias, através de modelagem cartográfica, que é um tipo de análise espacial, na visualização e análise de dados sobre segurança pública em Salvador, utilizando dados institucionais de 2010 e 2012. O resultado foi a confecção de mapas temáticos que mostram a espacialização da violência em Salvador e mapas síntese de comparação que podem ajudar num planejamento mais preciso para a resolução desse grande problema urbano e social que Salvador enfrenta hoje.

Palavras-chave: Segurança pública, Salvador, modelagem cartográfica.

¹ Graduanda do curso de Geografia Bacharelado/Licenciatura da Universidade Católica do Salvador e Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Professora Doutora da Universidade Católica do Salvador, orientadora.

SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR: PERIPERI - UM CENTRO DENTRO DE UMA PERIFERIA

Eduardo de Souza Santos¹

Nelson Baltrusis²

A organização do espaço em que se vive é de extrema importância para a população, tanto para aquela que vive nesse espaço, como para quem reside no seu entorno. Uma organização adequada do espaço e uma boa distribuição dos serviços públicos (saúde, educação, segurança, entre outros), evita que moradores de uma área migrem para outras em busca desses serviços e de uma melhor organização. Investigando os principais fatores de transformação e agente do espaço foi possível identificar o porquê da importância do objeto de estudo ser tratado como um centro dentro de uma área periférica. A pesquisa abordou as principais atividades exercidas no bairro e a sua dinâmica espacial, podendo assim chegar a uma conclusão da ideia central que trata da relação Centro X Periferia em um bairro periférico. A área de estudo é compreendida no bairro de Periperi e foi fundamental a realização de um estudo socioeconômico a fim de diferenciar o objeto de estudo e seu entorno, para assim entender a relação entre eles. Foram utilizados censos demográficos do IBGE disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Salvador entre os anos de 1991 a 2000 e informações de uso e ocupação do solo da CONDER. Para complemento foi realizadas diversas idas a campo, tanto no objeto de estudo quando no seu entorno, a fim de se obter uma maior percepção e compreensão das relações exercidas entre eles. Em virtude do seu sistema de infraestrutura urbana, a disponibilidade dos seus serviços foi possível ser percebido uma produção social e espacial diferente entre o objeto de estudo e as demais localidades.

Palavras-chave: Centro, Periferia, Espaço.

1 Graduando - Universidade Católica do Salvador/ UCSAL – Geografia – eduardo@plama.com.br, bolsista de iniciação científica pelo CNPq.

2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil (2005) - Professor Adjunto da Universidade Católica do Salvador, Brasil - Orientador

TEOR DE UMIDADE DO PROCESSO DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA UNIDADE DA LIMPURB – SALVADOR, BA

Antonio Carlos Vieira Caetano Júnior¹

Juan Carlos Rossi Alva²

Miriam de Fátima Machado Carvalho³

O teor de umidade no processo de compostagem é um parâmetro importante para o desenvolvimento do processo e determinante para a qualidade do composto. Por isso este deve ser controlado, principalmente em locais com clima sujeito a intensos períodos de precipitação pluviométrica e de seca. É imprescindível o controle dos teores de umidade pela presença de microrganismos que são constituídos por quase 90% de água e são os responsáveis pela decomposição da matéria orgânica e definindo a velocidade da decomposição da matéria orgânica no processo de compostagem. O teor de umidade foi controlado, através de revolvimentos e umedecimento das pilhas de compostagem. A umidade das pilhas foi sendo corrigida através da irrigação quando se obtinha valores de umidade (BW) $w < 55\%$. O volume de água usado foi definido empiricamente, 60 litros de água em cada pilha no período chuvoso quando esta apresentava $w < 55\%$ e 160 litros no período seco. A umidade foi determinada a $60-65^{\circ}\text{C}$, em base úmida (BW). No primeiro dia do período de seco, as misturas 1, 2 e 3, e após 150 dias de compostagem as misturas 1 e 2, apresentaram valores de umidade inferiores a 40% (teor mínimo de umidade para o composto final), embora estes valores estejam condizentes com o tempo, e todos os teores de umidade foram corrigidos individualmente por pilha. No período chuvoso, aos 150 dias, houve teores de umidade acima de 60%, o qual é superior ao especificado para o composto final, contudo ele é compatível com as condições de precipitações pluviais ocorridas no fim do período. Apresentou-se maior facilidade em manter os teores de umidade desejáveis no período seco, pois o processo de umidificação era aplicada e controlada manualmente. Diferente do período chuvoso, quando os dias se alternavam entre dias ensolarados e dias de muita chuva, tornando os teores da umidade das pilhas mais difícil de controlar, pois as mesmas se encontravam expostas à intempérie do ambiente. A obtenção dos dados de umidade com a finalidade de analisar a qualidade física-química e microbiológica dos compostos obtidos foi plenamente satisfatória.

Palavras-chave: Compostagem; Umidade; Microrganismos.

¹Graduando do curso de Ciências Biológicas da UCSal, Bolsista de Iniciação Científica CNPq – LEMA – UCSAL; antoniocaetanojr@gmail.com

² Doutor em Ciências/UFRJ – Professor adjunto do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental/UCSAL, Pesquisador do LEMA – Co-Orientador

³ Doutora em Geotecnia/USP - Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL, Pesquisadora do Laboratório de Solos - Orientadora

TRAUMATISMOS ORTOPÉDICOS POR QUEDA DE ALTURA EM PACIENTES ATENDIDOS NUMA UNIDADE DE REFERÊNCIA EM TRAUMA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, BA

Thammy Holanda La Greca de Paiva¹

Helena Maria Silveira Fraga Maia²

Silvana Sá de Carvalho³

No Brasil, as quedas se situam como uma das primeiras causas externas de morbimortalidade. Em magnitude, atinge severamente as populações e determinam elevadas freqüências de traumas ortopédicos associados que podem comprometer diretamente o futuro das vítimas. Como se tratam de agravos que podem ser reduzidos por meio de campanhas educativas e legislação apropriada, ações de promoção de saúde específicas devem ser embasadas no estudo sistemático destes agravos, na detecção dos grupos de riscos e das atividades associadas. Assim, desejou-se estimar a freqüência de traumatismos ortopédicos por queda de altura em pacientes atendidos numa unidade de referência em trauma na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. Realizou-se um estudo descritivo de corte transversal, no qual foram incluídas vítimas de ambos os sexos e de todas as faixas etárias que sofreram trauma ortopédico por quedas de altura. O período da coleta de dados foi de seis meses e as entrevistas neste período foram realizadas no próprio hospital de referência. Verificou-se que 355 pacientes foram admitidos neste período e que 183 (51,5%) sofreram traumas ortopédicos. Dentre estes, os indivíduos mais acometidos foram os do sexo masculino 132 (72,1%), 99 (54,1%) eram solteiros, separados ou viúvos, 87 (47,5%) tinham idade entre 18 a 44 anos, 127 (69,4%) eram analfabetos ou tinham concluído apenas o ensino de 1º grau, e 147 (80,3%) foram considerados como não brancos. Observou-se ainda que a maioria dos homens era responsável pelo sustento da família 59 (44,7%). Grande parte das vítimas possuía renda familiar menor ou igual a um salário mínimo, 63 (47,7%) entre os pacientes do sexo masculino e 27 (52,9%) no sexo feminino. Entre as variáveis relativas à queda de altura, observou-se que 23 (17,4%) homens afirmaram ter consumido bebida alcoólica no momento da queda e 3 (2,3%) tinham feito uso de droga ilícita no momento anterior ao da queda. Para ambos os sexos o socorro foi predominantemente prestado por conhecidos ou vizinhos. Todavia, a freqüência de socorro profissional (SAMU e Salvar) foi maior para homens que para mulheres (2:1). Com relação ao evento queda, observou-se que 28 (54,9%) pacientes do

¹ Universidade Católica do Salvador, discente do curso de Fisioterapia da UCSal, bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade do Estado da Bahia, co-orientação.

³ Docente da UCSal, orientadora

sexo feminino caíram de uma estrutura móvel, com altura menor do que um andar (80,4%). O segmento corporal mais acometido entre os traumas ortopédicos foi o membro inferior com freqüência de 54 (29,5%). Verificou-se também que 159 (92,4%) das vítimas passaram menos do que 14 dias no hospital, sugerindo baixa gravidade da lesão. Em função da baixa severidade das lesões 132 (72,1%) dos pacientes não necessitaram de cirurgia e 179 (97,8%) não foram encaminhados para a UTI. Os resultados sugerem que a maioria das vítimas de queda de altura sofrem algum tipo de lesão ortopédica. Os mais acometidos são predominantemente do sexo masculino, adultos, principais responsáveis pelo sustento da família e possuem trabalho remunerado. Portanto, sugere-se que ações de proteção específica devem ser executadas e inseridas na agenda política para redução de agravos evitáveis que se distribuem de forma iníqua.

Palavras-chave: Queda; Trauma ortopédico; Freqüência.



TUTELA JURÍDICA DA SEXUALIDADE PÓS-CONSTITUIÇÃO/88

Leonardo Alves dos Santos¹
José Euclimar Xavier de Menezes²

O presente trabalho resulta de investigação em andamento acerca do modo como o Direito prospecta o exercício da tutela sobre a sexualidade, tendo como principal alvo a homossexualidade, nela compreendidos a união civil homoafetiva, a homoparentalidade, a reprodução assistida de casais homossexuais, a homofobia e seu combate etc. A pesquisa está circunscrita em torno da delimitação do direito ao exercício da sexualidade, tendo como principal marco a obra de Foucault. Da sua leitura direta, como também de seus comentadores, constatou-se que, para o referido filósofo, não há, na história, nenhuma expressão de universalidade aplicável aos direitos sexuais, havendo tão somente singularidades, exercícios pontuais e resistentes a todo tipo de controle (terapêutico, legal, religioso, médico). Deste modo, pensar a sexualidade nos cânones foucaultianos implica lhe atribuir um caráter histórico, vale dizer, um processo temporal contínuo, caracterizado como produto de um conjunto de práticas (discursivas e não discursivas) que se manifesta na história. Assim, a sexualidade é pensada como um dispositivo. O dispositivo, por sua vez, é um complexo de elementos que pode ser delimitado como: “um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, criações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas, em suma, coisas ditas assim como não ditas”. (FOUCAULT, 2006). No primeiro volume de História da Sexualidade, A Vontade de Saber, Foucault define a Sexualidade como sendo “o nome que se pode dar a um dispositivo histórico, (...) em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (...) esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (FOUCAULT, 2011). Aqui é pertinente o uso da categoria poder, vez que o Estado alicerça-se no Direito, e o Direito é uma manifestação de poder, do qual decorre a tutela jurídica da sexualidade. Consta-se que nos últimos anos, no que diz respeito à sexualidade, o Direito tem se tornado menos repressivo e mais alinhado com os Direitos Humanos. Percebe-se, por exemplo, que a

¹ Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

² Pós-doutor em Filosofia Moderna/Pontifícia Università Lateranense/Itália; Doutor e Mestre em Filosofia Moderna/Unicamp, professor e pesquisador do Programa em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal, professor dos cursos de psicologia da Faculdade Social da Bahia (FSBA), Santíssimo Sacramento. Lidera o grupo de pesquisa Epistemes da Subjetividade.



partir da década de 90, alguns estados e municípios promulgaram leis que estipulam punições contra a homofobia, ainda que não se tenha conseguido, até o momento, aprovar uma lei congênere em nível federal. Nota-se, também, que o Estado passou a fornecer as cirurgias de mudança de sexo e que, mesmo não havendo leis que tratem do assunto, os Tribunais já permitem a adoção de crianças por casais homoafetivos. Além disso, mesmo não sendo permitido o casamento civil entre indivíduos do mesmo sexo, a união estável já é reconhecida pelo STF, que tornou a matéria objeto de súmula vinculante. A forma de apresentação será oral.

Palavras-chave: Direito; Sexualidade; Foucault.

